



ENCENANDO: DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

*Leila Maria Torraca de Brito**
Christine Vieira Pereira
Leidiane Mendonça Sena

RESUMO

O artigo traz um relato sobre a execução de projeto de extensão universitária realizado junto a doze escolas do município do Rio de Janeiro, Brasil. O trabalho teve como meta a divulgação, por meio da encenação de peça teatral, de temas relacionados às famílias contemporâneas, pesquisados pelas ciências humanas. Buscamos, portanto, viabilizar estratégias que pudessem oferecer maior suporte às famílias e às escolas no contexto atual. A partir dos resultados de pesquisas realizadas pelo grupo foi elaborado o roteiro da peça, apresentada por discentes de psicologia em estabelecimentos escolares. Após a encenação era feito um debate com a plateia. Temas como família pós-divórcio, convivência familiar, guarda compartilhada e alianças parentais estiveram presentes na maioria das discussões que se seguiram às apresentações teatrais. As reflexões suscitadas pelos debates foram apontadas como positivas e construtivas por muitos professores e pais que integraram as distintas plateias. Além disso, foi possível a utilização de nova ferramenta para a divulgação de pesquisas produzidas na universidade.

Palavras-chave: Famílias contemporâneas. Extensão universitária. Divórcio. Apresentação teatral.

THEATRE: DISSEMINATION OF INFORMATION ABOUT CONTEMPORARY FAMILIES

ABSTRACT

This paper reports on the implementation of a university extension project involving twelve schools in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The aim of the work was to disseminate, through the staging of a theatre play, themes related to contemporary families that were researched in the human sciences. It was sought to identify viable strategies that could offer greater support to families and schools within a current context. The results of research conducted by the group were used to compose the script of the play, which was presented in the schools by the psychology students. After staging the play, a discussion was held with the audience. Topics such as the post-divorce family, family life, shared custody, and parental bonds were included in most of the discussions that followed the

* Doutorado em Psicologia Clínica (PUC-RJ). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Contato: leila.torraca.brito@gmail.com.

performances. The considerations raised in the discussions were identified as being positive and constructive by many of the teachers and parents present in the different audiences. Furthermore, the work demonstrated the use of a new tool for the dissemination of university research.

Keywords: Contemporary families. University extension. Divorce. Theatre presentation.

REPRESENTACIÓN: DIFUSIÓN DE INFORMACIÓN SOBRE LAS FAMILIAS CONTEMPORÁNEAS

RESUMEN

El artículo aporta un informe sobre la ejecución de un proyecto de extensión universitaria llevado a cabo en doce escuelas de la ciudad de Rio de Janeiro, Brasil. El trabajo tuvo como objetivo la difusión, a través de la puesta en escena de una pieza teatral, de temas relacionados con familias contemporáneas investigados por parte de las ciencias humanas. Buscamos, por lo tanto, facilitar las estrategias que podrían ofrecer más apoyo a las familias y a las escuelas en el contexto actual. De los resultados de las investigaciones realizadas por el grupo, fue redactado el guion de la obra, presentada por los estudiantes de psicología en las escuelas. Después de la puesta en escena se realizó un debate con el público. Temas tales como la familia después del divorcio, el derecho a la vida familiar, la custodia compartida y alianzas de los niños con los padres estuvieron presentes en la mayoría de los debates que siguieron a las representaciones teatrales. Las ideas planteadas por los debates fueron identificadas como positivas y constructivas por muchos maestros y padres que han integrado las diferentes audiencias. Además, era posible utilizar una nueva herramienta para la difusión de la investigación producida en la universidad.

Palabras clave: Familias contemporáneas. Extensión universitaria. Divorcio. Presentación teatral.

INTRODUÇÃO

No intuito de ampliar as ferramentas utilizadas para difusão de dados provenientes de pesquisas sobre temas que afetam as famílias contemporâneas foi criado, em 2004, o projeto Palco Acadêmico, que utiliza como metodologia a exibição de peças teatrais, seguidas de debate dos atores com o público. Cabe esclarecer que o referido projeto integra um programa de extensão universitária de uma universidade pública. Dessa forma, em articulação com as citadas pesquisas que desenvolvemos junto ao Instituto de Psicologia, temos como objetivo elaborar, produzir, encenar e debater peças teatrais com temáticas interdisciplinares, criadas a partir de artigos científicos que abordam resultados das pesquisas concluídas pelo grupo. As peças, apresentadas à comunidade universitária e ao público externo, são encenadas por discentes da universidade, que contam com a supervisão docente na confecção do texto. Após cada apresentação os atores/alunos debatem, com a plateia, questões expostas na montagem teatral. Os integrantes do elenco fazem parte do grupo de pesquisa que vem se dedicando ao estudo e à realização de investigações sobre as organizações familiares contemporâneas, com destaque para

as relações entre pais e filhos após a separação conjugal. Dentre as investigações desenvolvidas pelo grupo encontram-se aquelas relacionadas à separação conjugal, à guarda de filhos, à guarda compartilhada, à relação família-escola, às famílias recasadas, à violência sexual contra crianças e à síndrome de alienação parental, dentre outros temas.

Na atividade teatral, buscamos colocar em prática a utilização da arte ao alcance da produção e da divulgação do conhecimento. Desse modo, a dramatização é utilizada como instrumento de tradução dos assuntos pesquisados no meio acadêmico, objetivando novas formas de transmissão de resultados de pesquisa. No momento, vem sendo veiculada a peça “Depois que meus pais se separaram...”, que reúne dados de pesquisa realizada com jovens adultos, filhos de pais separados.

No presente artigo, temos como proposta apresentar um trabalho de extensão universitária realizado junto a instituições escolares do município do Rio de Janeiro, Brasil. Este teve como meta a divulgação de temas pesquisados pelas ciências humanas, com objetivo de viabilizar estratégias que pudessem oferecer maior suporte às famílias e às escolas no contexto contemporâneo. O projeto para desenvolvimento do citado trabalho ao longo de dois anos foi contemplado em edital da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em 2010, fator fundamental para a execução do mesmo.

Um dos pontos que contribuiu para a construção da proposta direcionada às instituições escolares foi a observação da reduzida importância dada a um debate sério sobre questões que afetam as famílias contemporâneas no Brasil. Diversas são as notícias e matérias dispostas, tanto em revistas semanais como em jornais, que abordam as modificações que presenciamos no formato das organizações familiares, bem como nas vivências da conjugalidade e no exercício da parentalidade. Tais matérias, no entanto, por vezes são tratadas de forma simplificada, distorcida, classificadas como fantásticas em programas de televisão ou deturpadas em telenovelas.

Dessa maneira, a preocupação com os desafios impostos às instituições de ensino diante das transformações contemporâneas e das novas configurações familiares motivou um projeto específico para a divulgação de resultados de pesquisas nas escolas por meio do recurso teatral. Vislumbramos que o mesmo poderia ser usado como excelente disparador de informações e de debates direcionados a pais, responsáveis e profissionais que atuam em estabelecimentos escolares, constituindo-se uma política pública a ser oferecida, pois compreendemos que é no tripé família, escola e sociedade que se situam as responsabilidades com as crianças. Procuramos, ainda, diversificar os meios de produção e transferência de conhecimentos, promovendo outra forma de intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

O DEBATE SOBRE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Atualmente, os casamentos duram menos e é significativo o número de mulheres que detêm a guarda dos filhos. Segundo dados do censo nacional realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE, 2012](#)), o rompimento das uniões conjugais no país teve um aumento de aproximadamente 20% nos últimos dez anos. Ainda de acordo com os levantamentos daquele instituto de pesquisas ([IBGE,2003-2011](#)), no ano de 2003 havia 65.942 mulheres responsáveis pela guarda dos filhos sendo que, em 2011, o número cresceu para 130.032. Em termos relativos nota-se, contudo, que não houve muita diferença, pois em aproximadamente 90% dos divórcios entre casais com

filhos a guarda das crianças foi atribuída às genitoras. Nesses casos, os filhos passaram a residir com as mães, cabendo aos pais, geralmente, a visitação em dias e horários pré-determinados.

Como consequência de uma separação conjugal, os pais podem ser afastados de seus filhos, relegados ao papel de pais de final de semana, distanciados da educação dos pequenos, como já observaram diversos pesquisadores ([WALLERSTEIN; KELLY, 1998](#); [BRITO, 2008](#)). Após a dissolução da conjugalidade, alguns homens que não permanecem com a guarda das crianças se queixam do grande afastamento dos filhos que lhes é imposto, sentindo-se relegados a condição de visitantes de seus pequenos. Atribuem esse fato ao entendimento equivocado, mas corrente, de que o responsável pela educação da criança é aquele que possui a guarda. Como relatou uma genitora entrevistada na pesquisa realizada por [Brito \(2002, p.440\)](#): "A diversão ficou por conta dele. A parte educacional comigo". Os que não permaneceram com a guarda lembravam, ainda, que dos 30 dias de um mês, geralmente tinham acesso aos filhos por quatro dias, o que contraria o direito da criança à convivência familiar, disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988 ([BRASIL, 1988](#)). O enquadramento ao qual devem se adaptar pais e filhos, fruto do acordo de visitação estabelecido, vem sendo objeto de crítica de alguns autores ([HURSTEL, 1999](#); [WALLERSTEIN; KELLY, 1998](#)), que notam prejuízos ao desenvolvimento infantil devido ao afastamento que pode ocorrer entre a criança e aquele que não permanece com a guarda.

Podemos lembrar ainda que, com frequência, nas situações de separação conjugal estão presentes conflitos e questões emocionais não resolvidas pelo ex-casal. [Brito \(2007\)](#), em pesquisa que realizou com filhos de pais separados buscando mapear dificuldades que porventura persistem após a separação conjugal dos responsáveis, avaliou que o rompimento conjugal não deve ser reduzido a uma situação corriqueira no contexto contemporâneo, à qual os filhos devem se acostumar. Por intermédio dos depoimentos de seus entrevistados, que na época estavam na faixa etária entre 21 e 29 anos, a autora observou que o desenlace conjugal acarreta, comumente, um complexo processo de mudanças para os diversos componentes do núcleo familiar, sendo necessário estar atento para que os filhos não sejam fortemente atingidos por desdobramentos que possam trazer prejuízos ao seu bem-estar. Os ex-cônjuges, por vezes, continuam vivenciando sentimentos de raiva, traição e desilusão com o fim do relacionamento conjugal, o que acarreta sofrimento. Assim, nesse cenário, os filhos passam a ser utilizados como objeto de disputa, o que se torna uma forma de manutenção do litígio. Para alguns ex-cônjuges, é difícil diferenciar questões relacionadas ao âmbito conjugal das que dizem respeito ao exercício das atribuições parentais. A raiva do ex-parceiro amoroso, a mágoa e o desprezo podem ter como consequência a imposição no distanciamento dos filhos.

Atualmente, notamos também aumento do número de recasamentos, o que conduz diversas pessoas ao lugar de madrastas e padrastos quando, de uma hora para outra, passam a conviver com crianças que lhes eram estranhas. Dúvidas sobre as atribuições dos que irão exercer esses papéis também são constantes, indefinição que, muitas vezes, acaba sendo direcionada à escola. Como apontam vários estudos ([WALLERSTEIN; KELLY, 1998](#); [SOARES, 2008](#)), nesses casos a adaptação de todos os integrantes da nova família não é instantânea, nem depende somente de arranjos privados. Vários são os fatores que irão interferir na organização dessa dinâmica, dentre eles a rede de apoio social que se disponha. Nesse âmbito, acreditamos ser indicado pensar de forma contextualizada nos papéis sociais de pai e de mãe, bem como nos de padrasto e de

madrasta, analisando-os como parte de um discurso médico-científico, político, social e econômico vigente em dado momento histórico. Os papéis parentais são construídos em cada sociedade, pré-existem ao indivíduo e, de alguma forma, são assimilados por este. Além disso, as mudanças nesses papéis não podem ser avaliadas de maneira estanque, na medida em que são dinâmicas e influenciam-se mutuamente.

No presente, tomam vulto as discussões sobre o redimensionamento dos papéis parentais, sendo enfatizada uma maior participação dos homens na criação dos filhos. Em breve visada no contexto social, no entanto, notamos que permanecem sendo reafirmados, cotidianamente, modelos tradicionais de pai e de mãe, sendo que o padrão da família nuclear ainda encontra destaque na sociedade. Além disso, os papéis de padrasto e de madrasta são representados em telenovelas constantemente de forma negativa, como mostra [Soares \(2008\)](#) em sua pesquisa. Na mídia, evidencia-se o mito da “madrasta malvada” e do “padrasto abusador” contribuindo para a construção, no imaginário social, de tais figuras como perigosas às crianças, como assinala a citada pesquisadora.

Ainda no que diz respeito às pesquisas desenvolvidas sobre os desdobramentos da separação conjugal, [Cardoso \(2009\)](#) realizou a investigação *Escola e Pais separados: uma parceria possível*, cujos resultados revelaram que muitas pré-escolas particulares sentem dificuldades em lidar com a família contemporânea, não sabendo quais recursos utilizar para ultrapassar os impasses que as novas organizações familiares remetem aos colégios. Como esclarece a autora: “Espera-se que essa instituição (a escola) cumpra ou complemente o papel antes atribuído às famílias e aos demais adultos (...)” (p.67). A pesquisadora percebeu que, em casos de rompimento conjugal, profissionais educadores reconheciam que muitos pais, sem saber como lidar com o fato, não só atribuíam a tarefa à instituição de ensino, como usavam a agenda escolar do aluno para trocar bilhetes desaforados. Outras vezes, professores citaram que mães separadas tentavam proibir a escola de enviar qualquer informação ao pai da criança, ou vetavam a participação daquele em eventos escolares. Os profissionais revelaram, também, que costumavam encaminhar todos os avisos para a família de seus alunos por meio das agendas dos mesmos, não dispondo de mecanismo diferenciado para pais que não residem juntos. Percebemos, portanto, que este cenário, na prática, pode se caracterizar pelo acompanhamento educacional da criança unilateralmente, ou seja, muitas vezes é o genitor guardião que recebe todas as informações relativas à vida escolar do filho, situação que torna difícil a participação daquele que não possui a guarda em atividades e eventos oferecidos pela instituição educacional.

[Cardoso \(2009\)](#) destaca que, além das alterações nas organizações familiares, nas grandes cidades as famílias muitas vezes não dispõem de tempo para acompanhar a escolaridade dos filhos, além de manifestarem desacordo com o código disciplinar da escola. Constitui-se, certamente, uma nova etapa nas relações família-escola, sendo necessário que os profissionais percebam e saibam lidar com tais peculiaridades que parecem impactá-los. Ainda no que diz respeito à pesquisa desenvolvida pela autora, alguns profissionais entrevistados se queixaram da reduzida participação de pais e mães das crianças nos eventos e reuniões escolares, havendo reconhecimento de que tem sido comum o fato de avós e babás se apresentarem como responsáveis pelo intercâmbio com os estabelecimentos de ensino. [Cardoso \(2009\)](#) percebeu, portanto, que os papéis desempenhados por avós na contemporaneidade também mereciam ser objeto de aprofundado estudo, visando esclarecer a significância dessa personagem nas famílias atuais. Notando tal demanda, a autora debruçou-se sobre o tema, agora em pesquisa

realizada com avós que cuidavam dos netos, colhendo informações sobre o significado e as tarefas que estas desempenhavam ao se ocuparem do cotidiano das crianças ([CARDOSO, 2011](#)).

Visando assegurar a regularidade do contato dos filhos com seus pais, mesmo após o rompimento conjugal, diversos pesquisadores ([VICENTE, 1994](#); [HURSTEL, 1999](#); [GILLOT, 1998](#)) afirmam que os responsáveis devem continuar ativamente envolvidos com suas crianças. Para isso, sugerem que políticas públicas e legislações que se preocupem em não afastar pais e filhos devem ser implantadas facilitando-se, inclusive, a estruturação de programas e projetos que auxiliem os responsáveis no cumprimento das atribuições parentais após a separação. Aconselham, ainda, que sejam criados múltiplos espaços para discussão da temática, incluindo-se escolas, clubes e sindicatos, por exemplo. Outras pesquisas, como a conduzida por [Brito \(2008\)](#) e a que foi levada a termo por [Lehr e Macmillan \(2001\)](#), apontaram a demanda de pais e mães separados por esclarecimentos, informações, orientação e trabalhos de grupo em que pudessem conversar sobre suas dúvidas com outras pessoas que atravessaram, ou estavam passando por situações semelhantes.

A partir desse referencial teórico e das pesquisas que realizamos, nosso propósito no trabalho de extensão aqui retratado foi o de divulgar, por meio de apresentação de peça teatral, dados colhidos em investigações sobre a família contemporânea, propiciando difusão de conhecimentos e debates sobre o tema. Assim, apesar de o roteiro da peça estar centrado nas observações que resultaram da pesquisa realizada com filhos de pais separados, não deixamos de lado o extenso referencial teórico sobre a família contemporânea, especialmente as investigações que abordavam as vivências dos distintos membros do núcleo familiar após o rompimento do par conjugal.

A INTERVENÇÃO

No projeto financiado pela agência de fomento estavam previstas dez exposições da peça em escolas, sendo necessário escolhermos alguns estabelecimentos de ensino para a efetivação do trabalho. O contato inicial com as instituições ocorreu, certas vezes, por recomendação de terceiros. Optamos, também, por iniciar a divulgação do projeto em escolas próximas à universidade.

Inicialmente foram contatadas 26 instituições escolares, entre elas 17 estabelecimentos de ensino da rede pública e nove da rede particular, que resultaram em 12 apresentações da peça. Como é possível observar, menos da metade das escolas que expusemos a proposta demonstrou interesse pelo trabalho, apesar de este não acarretar custos para o estabelecimento, o que era explicado aos diretores ou responsáveis pelas instituições. As justificativas para a não realização da atividade eram diversas. Um dos motivos apresentados foi a ausência de data no calendário escolar que havia sido preenchido no ano anterior. Outras instituições, neste caso públicas, alegaram não possuir autonomia para autorizar a realização da atividade. A greve dos profissionais da rede de educação pública, ocorrida em determinado período de execução do projeto, também foi um fator que trouxe dificuldades.

Na execução do projeto a peça teatral “Depois que meus pais se separaram...”, seguidas de debates, foi encenada em estabelecimentos de ensino públicos e privados do município do Rio de Janeiro, ao longo de dois anos. Entendemos o uso do recurso teatral tanto como ferramenta de difusão de resultados de pesquisa, como instrumento disparador de questões a serem debatidas após o término da representação. Nesse

sentido, como o enredo traz relatos de filhos sobre suas vivências com os desdobramentos da separação de seus pais percebemos que, após a apresentação teatral, diversos temas relacionados às famílias contemporâneas despontavam nos debates que ocorriam por, pelo menos, 30 minutos após o desfecho da peça que também tem a duração de meia hora. Cabe ressaltar, ainda, que nosso público alvo eram os professores das escolas e os responsáveis pelos alunos. No decorrer das exibições, recebemos convites de profissionais que assistiram à peça e que gostariam de apresentá-la em outros colégios onde lecionavam, no entanto, a sobrecarga de trabalho dos mestres parecia impossibilitar a continuidade da proposta

A montagem teatral encenada nas escolas reunia no elenco discentes da universidade – alunos de graduação e pós-graduação em Psicologia - e ex-alunos que continuam colaborando com o projeto após a conclusão do curso. Propositalmente, o cenário da peça é simples, para facilitar o transporte e possibilitar a apresentação em qualquer sala que comporte a plateia do estabelecimento. O enredo da peça gira em torno das histórias e vivências de filhos de pais separados, que são entrevistados por uma pesquisadora. O roteiro foi elaborado a partir de material coletado em pesquisas empreendidas pelo grupo, como já explicitado. Os dados obtidos nas pesquisas realizadas com 30 jovens foram agrupados e passaram a compor as vivências de quatro personagens da peça, que também relatam situações experimentadas vividas por amigos, namorados e conhecidos.

No decorrer do projeto, os integrantes do elenco participaram do grupo de pesquisa que vem se dedicando ao estudo e à realização de investigações sobre as relações entre pais e filhos após a separação conjugal e sobre famílias contemporâneas. Ainda nesse período de trabalho foram mantidas as reuniões de estudo semanais, coordenadas pela professora responsável pelo projeto, que visam à formação dos distintos discentes que integram o grupo composto por alunos de graduação em Psicologia – bolsistas de extensão universitária e bolsistas de iniciação científica – e alunos de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Tais reuniões são entendidas, também, como um valioso instrumento de discussão e de ensino, quando os discentes tem oportunidade de compreender o significado do que se pretende expor em cada etapa do trabalho de extensão universitária. Além disso, há preocupação de que estejam preparados, teoricamente, para os debates a serem realizados com as distintas plateias. No decorrer do período dedicado a este projeto foram efetuados, ainda, ensaios semanais da peça teatral, necessários para o bom desempenho dos alunos/atores nas distintas apresentações.

Na experiência do grupo de alunos com tais encenações muitas foram as dúvidas e pedidos de esclarecimentos a respeito de temas relacionados às organizações familiares contemporâneas encaminhados por profissionais que atuam nas escolas. Como última etapa da atividade, solicitávamos aos espectadores que preenchessem um breve questionário referente à avaliação do trabalho. Entendemos que este instrumento colabora com o desdobramento das atividades, realimentando o planejamento quanto às futuras apresentações e aos debates.



Figura 1. Apresentação no Centro Educacional e Tecnológico de Senador Camará (RJ) - CETESC-03/12/2011

RESULTADOS

Alguns temas como a família pós-divórcio, a convivência familiar, a guarda compartilhada, as alianças parentais, entre outros, estiveram presentes na maioria das discussões que se seguiram à apresentação teatral nos estabelecimentos de ensino. Em torno de cada assunto surgiam subtemas com novas perguntas e dúvidas que eram elucidadas tanto pela equipe responsável pelo projeto, como por relatos de experiências de alguns da plateia. Dessa maneira, as temáticas citadas foram exploradas a partir de perspectivas que muitas vezes se expandiam, formando uma teia de pensamentos que ora se complementavam e ora se diferenciavam viabilizando, assim, o aprofundamento das reflexões pessoais e em grupo. Os debates sobre as organizações familiares após o divórcio trataram também da diversidade de modelos de família observados na contemporaneidade, bem como eram identificadas, pelos espectadores, distintas formas de composição familiar presentes no roteiro da peça.

A relação familiar pós divórcio foi destacada por profissionais das escolas como assunto de muita relevância, diretamente relacionado à vida das crianças e adolescentes para quem lecionavam. Tal como expressou um dos profissionais: “Esse tema é atual e importante para nós que trabalhamos com a infância e às vezes convivemos com crianças que passam por esse problema”. Além disso, muitos educadores também eram pais ou mães que atravessaram a experiência da separação, ou possuíam parentes e conhecidos próximos que já haviam divorciado. A partir da apresentação da peça uma educadora

relatou: "Identificamos situações reais do nosso dia-a-dia, não só pessoal, mas também em nosso trabalho e vida social".

Em geral, a convivência familiar e a guarda compartilhada foram temas presentes nos debates e que suscitavam muitas dúvidas. Relacionadas a essas discussões, experiências pessoais de afastamento do pai das crianças após a separação conjugal foram reveladas. Uma mãe comentou: "Acho muito ruim esse afastamento do pai de minha filha". Muitas mães disseram que os filhos sentiam falta do pai. Em alguns casos relatados, as genitoras argumentaram que tentaram de diferentes formas a aproximação do ex-marido com os filhos, mas afirmavam que o genitor das crianças não demonstrava interesse em procurar a prole. Em outros casos, parecia evidente que algumas mães não facilitavam a aproximação do genitor com as crianças. Outro ponto retratado na peça, e abordado nas discussões, foi a dificuldade de recuperação dos laços de intimidade entre pais e filhos quando o afastamento perdura por anos.

Os papéis socialmente destinados ao homem e à mulher no que tange ao cuidado dos filhos foram problematizados como assunto vinculado à convivência entre crianças e pais. Muitos debates instantaneamente passavam do tema convivência familiar ao exercício da guarda, quando se questionava, ou se afirmava, o lugar da mulher como principal cuidadora dos filhos. A partir daí, as discussões tratavam desde o instinto materno como noção sócio-histórica construída, até o cuidado como prática possível aos gêneros masculino e feminino. Tal como expôs uma professora em um dos debates: "Meu marido é mais cuidadoso [do] que eu", enriquecendo as reflexões sobre o cuidado dos filhos após a separação ou na vigência do casamento.

Em muitas escolas, o entrelaçamento das discussões sobre convivência familiar e guarda dos filhos ocorria comumente; em outras, se abordava mais o primeiro tema do que o segundo ou vice-versa. Compreendemos que essas são temáticas que circulam em torno das mesmas questões, mas se situam em perspectivas distintas - sendo o primeiro conceito relacionado à Psicologia e o segundo uma noção jurídica - mas que mantêm campos de diálogo. Por isso, nos debates, a equipe do projeto se preocupava em relacionar os temas quando, porventura, um deles não era mencionado pelo público.

Consequentemente, também surgiam dúvidas sobre as modalidades de guarda de filhos previstas na legislação nacional. Houve ocasiões em que o público solicitava explicações acerca da guarda compartilhada, como esta funcionava, se acarretava prejuízos emocionais para a criança ou não. Muitos espectadores perguntavam, também, qual modalidade de guarda era mais aplicada, no Brasil, na atualidade. Nessas ocasiões, a equipe se dedicava a elucidação dos questionamentos e dúvidas, pois esses são temas de conhecimento dos atores/alunos que participam das discussões do grupo de pesquisa. Importante também mencionar que considerações a respeito da guarda unilateral – a mais concedida no país – foram feitas, por exemplo, a partir da constatação de que pais ou mães que não detêm a guarda acabam por se afastar dos filhos podendo, assim, gerar consequências negativas às crianças.

Em algumas escolas, a partir das reflexões realizadas, o público concluiu que, na contemporaneidade, caminhamos para a efetivação progressiva de parcerias entre homens e mulheres no contexto familiar, sendo assim, a guarda compartilhada estaria de acordo com os valores que se pregam neste momento de mudanças sociais. Além disso, em muitos debates percebemos que argumentos relacionados à convivência familiar entre pais e filhos, e/ou ao exercício da guarda, eram trazidos por meio de relatos de experiências em que aspectos da conjugalidade apareciam mesclados àqueles próprios do exercício das atribuições parentais, o que é comum observar em situações de

rompimento conjugal. Os integrantes do projeto, ao identificarem tais relatos, procuravam apontar a importância de se poder distinguir o que diz respeito ao casal do que se encontra relacionado ao exercício da paternidade e da maternidade quando o assunto é separação conjugal e bem-estar dos pequenos.

A preocupação com os filhos foi destacada em todas as discussões que ocorreram nas escolas visitadas. Acreditamos que tal conformação esteja diretamente relacionada com o cerne da peça *Depois que meus pais se separaram...*, pois, como já exposto, seu roteiro mostra diferentes modos como os jovens vivenciaram os desdobramentos do desenlace conjugal dos pais. Um dos pontos mais destacados pelas diferentes plateias foi o uso dos filhos como objeto de disputa pelos pais após a separação. No que diz respeito a esse assunto, uma das cenas da peça aborda a principal queixa dos filhos identificada ao longo da pesquisa realizada: a de ser usado como um “joguete” nas brigas do ex-casal. Nos debates nas escolas, frases como “Os filhos não devem ser usados pelos pais”; “Os filhos podem ser tratados como brinquedos mesmo com os pais casados” foram pronunciadas pelos espectadores. Notamos que após a encenação, muitos pais e mães passaram a pensar em possíveis vivências dos filhos, tal como um deles revelou: “me fez refletir como o filho acaba se sentindo culpado diante dessa situação”.

Lembranças acerca das dificuldades que podem atingir as crianças quando, por exemplo, a mãe proíbe o pai de visitar os filhos foram evocadas. Perguntas sobre possíveis culpas que podem ser sentidas pelos pequenos em relação à separação dos pais foram respondidas pela equipe. Explicávamos a importância de conversar com as crianças e adolescentes com linguagem pertinente a cada faixa etária, bem como de possibilitar que os filhos possam se expressar e fazer perguntas sobre o momento do divórcio dos pais.

Outro assunto relacionado à prole, também bastante debatido nas escolas, diz respeito às fortes alianças que podem se estabelecer entre o guardião e os filhos. Conversas sobre possíveis dificuldades surgidas no relacionamento com o pai não guardião, a partir da instauração de ligações muito intensas entre guardião e crianças foram empreendidas. Interessante informar que o termo alienação parental não surgiu nas discussões realizadas. Inferimos que, entre os anos de 2011 e 2012, época de realização do projeto, tal termo talvez ainda não fosse de conhecimento deste público.

Importante temática discutida depois das apresentações da peça foi a relação família-escola. Após a separação conjugal, tanto os membros da família como as escolas devem ajudar a criança a atravessar um período de muitas mudanças. Algumas dificuldades relatadas durante o debate com os profissionais de educação pareciam demonstrar pouca clareza destes acerca do papel que poderia ser desempenhado pela instituição de ensino em sua relação com as famílias.

As datas comemorativas, em especial o dia das mães e o dia dos pais, motivaram muitos relatos, suscitando reflexões a respeito de crianças que, por algum motivo, não podem ter a companhia do pai ou da mãe nessas celebrações. Um dos participantes do debate criticou, também, a conduta de certas escolas que estão organizando festas apenas no dia das mães. Com isso, mais uma vez parece que se transmite a ideia de que só mulheres se preocupam ou são responsáveis pelas crianças.

Nas discussões, alguns educadores apresentaram estratégias usadas para contornar dilemas oriundos da relação das escolas com os novos arranjos familiares. A “festa da família”, por exemplo, seria uma opção à festa do dia dos pais e à comemoração do dia das mães. Todavia, como é possível perceber, tal iniciativa pode não solucionar a situação para muitas crianças, na medida em que o responsável que detém a guarda

pode concluir, por exemplo, que a família da criança seria ele e sua nova companheira, excluindo ou não avisando à mãe da criança sobre a festividade.

Tema que permeou o debate em diferentes escolas foi a pouca participação de pais e mães na vida escolar dos filhos, temática que nos fez recordar os dados levantados por [Cardoso \(2009\)](#) a respeito da escassa presença dos responsáveis nas reuniões escolares. Em algumas instituições públicas o comparecimento dos responsáveis em reuniões, pais e mães em grande número, era justificado por ser diretamente vinculada à manutenção de bolsas oriundas de programas assistenciais. Contudo, em outras escolas, o público era bem escasso, e um dos professores ressaltou não ser por motivo de horário, pois já haviam realizado reuniões depois das 19 horas (fora do horário comercial) e, ainda assim, apenas dois pais compareceram.

Em alguns debates, a escola foi apontada como uma das poucas instituições a proporcionar espaços de diálogo, sendo enaltecido o propósito de formação de cidadãos. Nesse sentido, muitos reconheceram que a escola pode configurar-se como um *locus* de abordagem das diferentes temáticas presentes no cotidiano social. Como lembrou um espectador: "É muito importante a interação escola e família, com oportunidade de debates sobre assuntos diversos".

No que diz respeito à avaliação do projeto e à sua metodologia percebemos que, de uma maneira geral, o público presente nos debates trouxe um retorno positivo para a equipe. Os espectadores enfatizavam aspectos como: a facilitação dos debates por meio da abordagem teatral; a identificação com as falas e os personagens da peça; a clareza com que as temáticas eram expostas e a importância da continuidade do projeto. Nesse contexto, destacam-se as seguintes falas do público: "A peça se torna um meio de debate muito bom"; "A peça é uma ótima ferramenta e espero que consiga atravessar os 'muros' de muitas escolas e as 'paredes' de muitas famílias"; "Facilitador, desmistificador. Não é a arte pela arte simples". A partir dessas avaliações os espectadores, refletindo sobre a realidade da instituição na qual o projeto se apresentou, lamentavam a ausência de outros espaços de reflexão sobre as temáticas apresentadas pelo projeto, assim como a aparente carência de profissionais qualificados para promover tais encontros.

Em algumas apresentações, no entanto, o debate não fluiu com o mesmo aprofundamento. Nessas ocasiões, era comum a plateia sugerir que encenássemos para outro público, ou para outras instituições. Seguem alguns exemplos das situações citadas: "Foi bom o evento, melhor seria se fizessem com os pais das crianças"; "A peça poderia ser adaptada e apresentada para os alunos"; "Essa discussão deve ser levada para todos os níveis, tais como, casa, escola". Uma das possibilidades de interpretação do fato seria a dificuldade, ou a falta de interesse, daquele público específico para lidar com os assuntos em destaque no roteiro da peça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que na realização do trabalho de extensão universitária, aqui relatado, atendemos a demanda de profissionais da educação por maiores esclarecimentos quanto às questões que afetam a família contemporânea e que atingem o cotidiano escolar. Por meio da encenação teatral e dos debates que se seguiram em cada estabelecimento escolar, foi possível a difusão e a popularização de resultados de pesquisa sobre temas que dizem respeito às famílias contemporâneas, facilitando a compreensão de distintas situações direcionadas às escolas. Cumprimos, assim, o

objetivo de estabelecer uma relação mais próxima entre a academia e a sociedade, difundindo conhecimentos obtidos em pesquisas.

Nas atividades propostas pela equipe do projeto, pais, mães, professores, pedagogos, psicólogos e outros profissionais que atuam em escolas puderam relatar e debater temas e situações expostas nas apresentações teatrais, trocando experiências, solicitando explicações e ouvindo soluções diversas encontradas por distintas pessoas. Com isso, ao direcionarmos para o espaço escolar as encenações teatrais, acreditamos ter contribuído para a compreensão de pais e professores sobre alguns impasses que podem atingir famílias que passam por rompimento conjugal, contribuindo com a relação família-escola. Almejávamos, portanto, maior mobilização dos profissionais da rede de ensino em direção à sensibilização e entendimento de diferentes questões e dificuldades das famílias contemporâneas, bem como o desenvolvimento de instrumentos e mecanismos para lidar com os membros de diferentes organizações familiares.

O trabalho proposto pelo projeto Palco Acadêmico buscou, ainda, chamar atenção para ferramentas que podem ser utilizadas na divulgação de resultados de pesquisas produzidas pelas universidades, quando percebemos que tais recursos podem ser um veículo tanto de promoção, quanto de transmissão de conhecimentos. Além disso, nas encenações da peça foi possível vislumbrar novos temas que carecem de investigação.

No contato com as instituições foi possível perceber, também, que há dificuldades para se estabelecer espaços de discussão com os profissionais, com os familiares dos alunos e entre profissionais e familiares. Trata-se, provavelmente, de um reflexo da vida contemporânea, quando as pessoas não possuem tempo para novas atribuições e geralmente se espera que as respostas aos conflitos sejam rápidas, automáticas e precisas. Dessa maneira, foi observado com frequência que as instituições preferem o oferecimento de propostas destinadas aos alunos, na medida em que estes passam muitas horas nos estabelecimentos, portanto, atividades novas são bem aceitas e até mesmo requisitadas. Em relação aos professores e aos outros profissionais de ensino, os representantes de certas instituições afirmavam que aqueles não possuíam horário disponível para participar de outras atividades, pois estavam sobrecarregados com as tarefas acadêmicas. No que diz respeito aos familiares dos alunos, foi comum ouvir a argumentação de que esses não comparecem às atividades propostas pelos estabelecimentos escolares, pois alegam que também não dispõem de tempo. Em função disso, algumas escolas contatadas alegaram que não seria viável a realização do trabalho proposto, resumindo as dificuldades na expressão “os professores não podem e os pais não comparecem”. Tal afirmação, sem dúvida, enseja pesquisas sobre o tema.

Nas apresentações que ocorreram, todavia, temas relativos aos arranjos familiares e às transformações contemporâneas que têm sofrido as relações entre os familiares foram contemplados nas discussões, proporcionando uma rica troca de experiências entre os integrantes do projeto e o público participante. As reflexões foram apontadas como positivas e construtivas tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

AGRADECIMENTOS

Os autores e componentes do projeto agradecem à Faperj pelos recursos concedidos.

SUBMETIDO EM 28 jul. 2014
ACEITO EM 1º out. 2015

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRITO, L. M. T. Impasses na condição da guarda e da visitação: o palco da discórdia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 3., 2001, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IBDFAM/ Del Rey, 2002. p. 433-448.

BRITO, L. M. T. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, ano 27, n. 1, 2007. p. 32-45.

BRITO, L. M. T. Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio. In: BRITO, L. (Org.). **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 17- 48.

CARDOSO, A. R. **Escola e pais separados: uma parceria possível.** Curitiba: Juruá, 2009.

CARDOSO, A. R. **Avós no século XXI: mutações e rearranjos na família contemporânea.** Curitiba: Juruá, 2011.

GILLOT, D. Familles: la victoire des nouveaux couples. **Nouvel Observateur**, Paris, n. 1753, p. 10-18, fev. 1998.

HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade.** Campinas: Papirus, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Séries históricas e estatísticas. Divórcio – responsável pela guarda de filhos menores [2003-2011]. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=RGC403&t=divorcios-responsavel-pela-guarda-filhos-menores>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração. IBGE: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LEHR, R.; MACMILLAN, P. The psychological and emotional impact of divorce: the noncustodial father's perspective. **Families in society: The Journal of Contemporary Social Services**, v. 82, n. 4, p. 373-382, 2001.

SOARES, L. C. E. C. A família com padrasto e/ou madrasta: um panorama. In: BRITO, L. (Org.). **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 81-112.

[VICENTE, C.](#) O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF : Unicef, 1994. p. 47-59.

[WALLERSTEIN, J. ; KELLY, J.](#) **Sobrevivendo à separação**: como pais e filhos lidam com o divórcio. Porto Alegre: Artmed, 1998.